



Gás para Crescer

Subcomitê 1

Comitê Técnico para o Desenvolvimento da Indústria
do Gás Natural (SC1-CTGN)

Contribuição Técnica

Ieda Gomes

Energix Strategy Ltd/FGV Energia

13 e 16/03/2017

Agenda

- Terminais de GNL: acesso de terceiros, transparência e publicidade
 - Reino Unido e Europa
- Supridor de Última Instância
 - Reino Unido e Argentina

Terminais de GNL – acesso de terceiros

Acesso a terminais de GNL

- A Terceira Diretriz da Comissão Europeia torna obrigatório o acesso não discriminatório de terceiros a gasodutos, instalações de estocagem e terminais de GNL.
- Os investidores em terminais podem solicitar isenção do acesso desde que reunidas as seguintes condições:
 - O novo terminal amplia a competição no mercado de gás
 - Sem a isenção o projeto não seria economicamente viável
 - É vedado ao investidor guardar capacidade sem uso justificado (“capacity hoarding”)
 - Operadores de terminal devem constituir empresas separadas dos carregadores e supridores
- A isenção deve ser aprovada pelo órgão regulador no país onde o projeto será construído e também pelo European Council (EC)
- Isenção pode ser revogada se condições de mercado são alteradas
- Operadores de terminais publicam Access Code, que rege o acesso e alocação de capacidade para usuários do terminal

Abordagem em diferentes países -1

Reino Unido

- Três terminais em operação
 - South Hook - parte do projeto integrado Rasgas (Qatar)
 - Isle of Grain – operado pelo operador do sistema de gás/eletricidade, National Grid (sem interesse comercial na molécula)
 - Dragon LNG – capacidade destinada a GNL da Petronas e Centrica (trader e controlador do agente de mercado British Gas – não confundir com BG Group)
- Mercado liberalizado e com grande liquidez, ausência de monopólio no suprimento, múltiplos agentes na cadeia de valor
- National Grid - NG (agente neutro) opera rede de transporte e distribuição, mas não tem monopólio dos terminais de GNL

Princípios básicos

- Definição dos serviços prestados pelo operador do terminal
 - Slots disponíveis (curto, longo prazo e spot)
 - Serviços de regaseificação e despacho de gás
 - Serviços de estocagem
 - Serviços de ajuste da qualidade do GNL às especificações do sistema de transporte e distribuição de gás canalizado
 - Outros serviços: resfriamento de navios metaneiros, suprimento de GNL para caminhões (não aplicáveis no Brasil porque as FSRU's somente entregam GNL regaseificado)
- Operador oferece capacidade disponível para oferta a a terceiros interessados. Carregadores interessados usualmente submetem propostas vinculantes de acesso

Abordagem em diferentes países - 2

Espanha

- Enagas (agente neutro) opera redes de transporte e a maior parte dos terminais de GNL. Três dos terminais do Sistema Ibérico não são operados pela Enagas (Sagunto, Murgadas e SINES – Portugal)
- Acesso a terminais é obrigatório
- Espanha não produz gás natural em volumes comerciais, suprimento é importado via gasodutos ou GNL
- Regulador: Comissão Nacional dos Mercados e da Competição (CNMC)
- O acesso a terminais de GNL é aberto a terceiros interessados e não requer processo de open season; qualquer terceiro interessado pode solicitar acesso a capacidade não utilizada.
- As tarifas de regaseificação são reguladas pelo órgão regulador e publicadas no website da CNMC

Reino Unido

South Hook

- Operador tem interesse na molécula, através de empresa afiliada (Rasgas)
- Capacidade primária comprada por South Hook Gas Company Ltd - SHG (e alocada ao GNL de Rasgas)
- Usuários adicionais podem comprar e revender capacidade (caso disponível)
- Capacidade secundária pode ser negociada diretamente com SHG, ou comprada através de leilões promovidos pelo operador do terminal, South Hook LNG Terminal Company Ltd , ou adquirida de um carregador secundário (nesse caso tem não pode transferir capacidade parcial).
- Para acessar capacidade secundária, carregador deve pagar uma taxa de £10,000; assinar um contrato vinculante de Acesso ao Terminal (TAA) e um Acordo de Confidencialidade. Deve ainda demonstrar que executou os contratos necessários ao despacho de GNL regaseificado para o National Transmission System
- No caso de venda bilateral de capacidade de SHG para Carregador Adicional, SHG é responsável pelo pagamento da capacidade firme ao Operador do Terminal.
- Leilão de capacidade não utilizada pelo Carregador Primário: liberação de slots de 7 dias, com 14 dias de antecedência do D-day. Partes interessadas devem colocar propostas entre D-14 e D-10
- No caso de slots de atracagem disponíveis, mas insuficiente capacidade de estocagem disponível, o operador do terminal pode alocar o slot de atracagem antecipadamente e o Carregador Secundário pode ‘emprestar volumes de GNL estocado’

Reino Unido - 2

Terminal Isle of Grain LNG

- NG licitou capacidade primária inicial para carregadores
 - Expansão do terminal também licitada
 - Isenção de acesso para capacidade reservada a carregadores pelo OFGEM/GEMA por período limitado, após o qual a capacidade passa a ter acesso regulado
-
- Operador (NG) não tem interesse comercial na molécula. A capacidade firme do terminal foi licitada através de processo de open season. Atualmente existem 6 carregadores que possuem capacidade firme no terminal. Os:
 - Direito de descarregar um número determinado de navios metaneiros em datas determinadas, no âmbito de um Programa Anual de Entrega.
 - Direito de utilizar capacidade de estocagem de GNL
 - Direito de nominar volume de regaseificação e despacho para o sistema de transporte de gás
 - Carregadores primários (e.g. BP, Sonatrach, ENGIE, Statoil) pagam tarifa firme de capacidade. São isentos de dar acesso a terceiros
 - Dois mecanismos de acesso a terceiro: negociação bilateral de capacidade secundária entre Carregador Primário e Terceiro Interessado (Secondary Capacity Mechanism – SCM) ou “use or lose it” (UIOLI) utilizado pelo operador do terminal, quando capacidade primária não está sendo utilizada
 - Os custos e taxas relativas aos serviços de SCM serão de responsabilidade do Carregador Primário. O Carregador Secundário deverá arcar com custos portuários e serviços de adequação da qualidade de GNL.
 - O operador do terminal aciona medidas visando conter a acumulação indevida de capacidade quando o Carregador Primário não utiliza plenamente seu direito de uso de capacidade. O Carregador primário pode ceder capacidade no terminal ou prover serviço de entrega de GNL regaseificado no ponto de entrada do sistema de transporte
 - Quando o Carregador Primário não utilizar ou revender seu slot via SCM, ele pode liberar o slot para o Operador do Terminal, o qual oferecerá um slot de Use or Lose it para terceiros interessados.
 - Notificação do Carregador Primário ao Operador do Terminal: 7 dias antes do slot estar disponível. Relação contratual passa a ser entre TO e Carregador Secundário
 - TO cria conta no sistema Grain Inventory and Nomination (GIN) possibilitando o despacho ao Carregador Secundário.

Questões logísticas - Brasil

- A Lei do Gás não obriga o acesso a terceiros, assim sendo, tal acesso deverá ser negociado
- O acesso de terceiros a terminais tipo FSRU apresenta problemas logísticos e tributários no Brasil:
 - Capacidade de estocagem limitada (no próprio navio regaseificador), quando comparado à capacidade de estocagem em terminais onshore que possibilitam acesso a terceiros (dois ou três tanques)
 - O despacho de térmicas sob comando do ONS dificulta a otimização da operação do terminal pelo operador (TO). Entretanto como os terminais existentes estão superdimensionados em relação à demanda térmica local, deve-se simular a ocorrência da demanda de acesso quando as usinas térmicas estiverem operando em plena capacidade por um período prolongado
- A obrigação de desembaraço alfandegário dificulta o empréstimo de moléculas quando não existe estocagem suficiente na FSRU para que o Carregador Secundário descarregue o volume de uma carga cheia
- A capacidade ótima de regaseificação das FSRU mais modernas é de 14-15 MM m³/dia, muito superior à demanda dos mercados na maioria dos estados brasileiros. Assim sendo, o swap de gás entre mercados intra e interregionais poderia reduzir os custos de ociosidade, mas existem barreiras tributárias e mercadológicas inviabilizando a ocorrência desses swaps.

Contratos e Normas de Acesso a Terminais de GNL no Reino Unido

- Terminal Access Code (TAC). Estabelece as condições de acesso entre o TO e os Carregadores Primários e Secundários.
- Terminal Access Agreement (TAA). Contrato bilateral entre o TO e Carregadores, com base nas condições estabelecidas pelo TAC.
- Manual de Operação de Terminais. Estabelece os requerimentos técnicos e processuais relativos ao acesso online, verificação de navios metaneiros, procedimentos ship-to-shore, verificação do credit rating dos Carregadores, e detalhes do open season para venda de capacidade.
- Network Entry Provisions (NEPs). Estabelecem condições para acesso ao sistema de transporte à juzante do terminal de GNL, incluindo especificações de qualidade, pressão e medição de gás natural.

Sugestões e Recomendações - Brasil

- O acesso regulado a terminais de GNL requer emenda à Lei do Gás.
- No entanto, dada à importância estratégica dos terminais para garantir o suprimento de gás a determinadas regiões e segmentos de mercado, o Ministério de Minas e Energia e a ANP poderiam determinar condições visando dar maior transparência e liquidez ao sistema, por exemplo:
 - Autorização de operação outorgada pela ANP condicionada a:
 - TO dever ser entidade independente do supridor de GNL e do Carregador Primário.
 - Obrigação do TO de elaborar e publicar um Código de Acesso ao Terminal (ainda que negociado)
 - Compromisso de capacidade firme entre TO e Carregador Primário
 - Use or Lose It quando capacidade firme não for utilizada– levar em conta que 10-14 dias de antecedência são insuficientes dada à distância entre o Brasil e fontes supridoras
 - Cessão de Capacidade Secundária ser neutra e transparente
 - Publicação diária ou semanal de capacidade disponível
 - Publicação dos termos comerciais de acesso aos terminais, visando evitar que determinados usuários sejam privilegiados, em detrimento de outros
- No caso de terminais já outorgados, deve-se buscar definir situação de transição que não gere quebra de contratos, mas se terminal não está totalmente contratado deveria existir a possibilidade de aplicar Use or Lose It.
- Deve-se buscar solução para questões tributárias impedindo o empréstimo de moléculas e o swap operacional e financeiro de GNL

Supridor de Última Instância

Case Studies: Argentina e Reino Unido

Argentina

- Demanda de gás superior à produção doméstica e importação da Bolívia, particularmente no período de inverno (junho-agosto)
- Consumidores interruptíveis são chamados a reduzir consumo quando suprimento é inferior à demanda
- ENARGAS instituiu dois elementos de última instância para regular situações de consumo superior ao suprimento
 - Supridor de última instância (SUI)
 - Gás de última instância (GUI)
- SUI e GUI visam resolver situação de desequilíbrio entre oferta e consumo
- SUI: consumidor está contratado, é chamado a cortar, mas não corta consumo
 - Consumidor paga preço de gás doméstico mais caro (gás marginal): cerca de US\$ 7,5/MMBtu
- GUI: consumidor não está contratado e consome acima do volume definido pelo Enargás.
 - Paga preço de gás marginal importado (GNL)
- Apesar das regras, diversos consumidores não têm pago ou questionam judicialmente suas obrigações.

Reino Unido

- Supplier of Last Resort. Regulamentação visa definir procedimentos quando um supridor se torna inadimplente ou entra em processo falimentar
- Serviços de gás e eletricidade são considerados essenciais e requerem tratamento falimentar diferencial para proteger interesses dos consumidores
- Existem situações complexas, por exemplo, onde o consumidor paga o suprimento antecipadamente e tem créditos com o supridor
- Antes de entrar em processo de recuperação judicial ou falimentar, o supridor ou seus credores devem notificar o OFGEM e o Ministro de Estado, pelo menos 14 dias antes do processo. Após a notificação o OFGEM/Ministro devem decidir se irão pedir autorização judicial para entrar em processo de recuperação específico para o setor de energia.
- Órgão regulador ou Ministro de Estado se sobrepõe ao Tribunal de Justiça, visando transferir obrigação de suprimento para outro supridor.
 - OFGEM pode revogar licença do supridor inadimplente
 - Situação preferível: venda dos ativos do supridor falimentar para terceiros e continuidade dos serviços de suprimento; ou
 - OFGEM nomeia Supridor de Última Instância; ou
 - Ministro obtém ordem judicial para administrar empresa falimentar
- Supridor de Última Instância: preferência dada a outro supridor voluntário, que recupere custos diretamente através do provisionamento de serviços
 -

Aplicabilidade no Brasil

- No Brasil apenas o setor elétrico consome gás em grandes quantidades e com volatilidade sazonal.
- No caso onde exista desequilíbrio de consumo causado por volatilidade da demanda do setor elétrico, o MME deveria estabelecer processo para ressarcimento do custo adicional de importação (de GNL) na tarifa de eletricidade.
- No Brasil, os consumidores são supridos por empresas concessionárias de distribuição de gás, cujos contratos de concessão contêm procedimentos específicos em caso de inadimplemento ou falência. Contratos entre supridores e consumidores livres devem conter cláusulas lidando com tais situações, mas nesse caso o consumidor não dispõe da proteção dedicada ao consumidor vinculado a empresa concessionária.